

Pistas Religiosas, Oferta de Candidatos e Escolha Eleitoral para o Legislativo no Brasil

Claudia Cerqueira (CEPESP/FGV)

Fábio Lacerda (USP)

Preparado para o XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

31 de Julho a 3 de Agosto, UFPR, Paraná

RESUMO

Desde a redemocratização, um número cada vez mais visível de candidatos evangélicos passou a disputar as eleições para os legislativos brasileiros. Muitos deles buscaram tornar explícita sua identidade evangélica. Pesquisas anteriores revelaram que eleitores evangélicos teriam maior inclinação a votar em candidatos evangélicos para o legislativo. Os atalhos informacionais utilizados por candidatos serviriam de recursos heurísticos aos eleitores, particularmente importantes em ambientes eleitorais complexos e de alto custo cognitivo. Neste trabalho, apresentamos os resultados de um experimento de *survey* realizado com 730 estudantes de universidades privadas da cidade de São Paulo durante as eleições municipais de 2016. Seu objetivo é identificar o efeito que pistas religiosas utilizadas por candidatos evangélicos podem ter sobre os eleitores. Os participantes do experimento receberam informações sobre candidatos a vereador pela cidade de São Paulo, dos quais deveriam escolher um. Para aqueles atribuídos aos grupos de tratamento, um dos candidatos se apresentava como pastor ou pertencente a alguma igreja evangélica pentecostal. Além disso, manipulamos também a oferta de candidatos, de modo a testar se haveria alguma relação entre a escolha do candidato e o número de candidatos ofertados. Considerando os respondentes como um todo, os resultados revelam que o uso de pistas religiosas (i.e., evangélicas) têm um efeito negativo sobre a escolha do candidato. No entanto, ao nos focarmos especificamente nos respondentes evangélicos, vimos que a probabilidade de escolherem um candidato aumenta quando ele é apresentado com pistas religiosas. Quando a oferta de candidatos aumenta, o efeito se torna ainda maior. A situação é similar, porém inversa no caso dos católicos. Sua probabilidade de escolher o candidato evangélico diminui quando ele é apresentado com pistas religiosas, e diminui ainda mais quando aumentamos a oferta de candidatos.

1. Introdução

Desde a constituição da República até a década de 1970, o “mercado” religioso brasileiro manteve a hegemonia do catolicismo sobre as demais religiões. A variação percentual do número de católicos em um século, de 1870 a 1970, foi de menos de 8%, caindo de 99,7% para 91,8% (cf. Censo Demográfico 2010). O perfil hegemônico da religião católica era tal que clivagens baseadas em religião tiveram historicamente pouca relevância em termos político-eleitorais. Desde o final do século XIX, evangélicos já estavam presentes no Brasil, mas seu tamanho relativo na população era diminuto. O declínio da população católica na primeira metade do século XX se acentuou a partir das décadas de 1970 e 1980, e o perfil religioso da população brasileira nos anos 2000, conquanto ainda majoritariamente católico, era nitidamente distinto. O Censo 2010 registrou a acentuada queda de católicos, que chegaram a 64,6% da população, e o crescimento de diferentes grupos religiosos, sobretudo evangélicos (22,2%) e sem religião (8%). Já no final da década de 1980, mas hoje ainda com mais força, fazem-se sentir algumas consequências políticas e eleitorais dessas mudanças. Uma delas é a maior visibilidade de candidatos e políticos evangélicos.

Desde 1945, o Brasil adota o sistema eleitoral de representação proporcional de lista aberta. Para a eleição de deputados federais e estaduais, o distrito eleitoral é o estado, cujo número de cadeiras, no caso da Câmara dos Deputados, varia de oito (caso de Acre e Rondônia, por exemplo) a 70 (caso de São Paulo). Para a eleição de vereadores, o distrito é o município. Mesmo nesse caso, o número de cadeiras em disputa pode variar de nove, para aqueles com até 15 mil habitantes, a 55 cadeiras, para aqueles com mais de oito milhões. A representação proporcional com lista aberta e alto número de cadeiras contribui para que, no Brasil, as eleições para o legislativo sejam disputadas por grande número de candidatos, e que um candidato possa ser eleito com um percentual relativamente baixo do total de votos válidos.

Desde a redemocratização, um número cada vez mais visível de candidatos evangélicos passou a disputar as eleições para os legislativos brasileiros. Dados os incentivos da competição eleitoral brasileira, muitos deles buscaram tornar explícita sua identidade evangélica, com o objetivo de ganhar voto entre o eleitorado evangélico que, como se viu, vem crescendo de modo acentuado. Pesquisas anteriores (cf. Boas 2014) apresentaram evidências de que eleitores evangélicos teriam maior inclinação a votar em candidatos evangélicos para o legislativo. A identidade social ativaria algum tipo de discriminação em prol do próprio grupo e/ou contra os grupos (cf. Tajfel e Turner 1979). Além disso, as pistas informacionais utilizadas por candidatos (i.e., informações sobre seu pertencimento a certo grupo social, étnico ou religioso) seriam usadas pelos eleitores como recursos heurísticos (cf. McDermott 2009; Sniderman et al. 1991), particularmente importantes em ambientes eleitorais complexos e de alto custo cognitivo (Cunow 2014).

Neste trabalho, apresentamos os resultados de um experimento de *survey* realizado com 730 estudantes de universidades privadas da cidade de São Paulo, durante as eleições municipais de 2016. Seu objetivo é identificar o efeito que pistas religiosas utilizadas por candidatos evangélicos podem ter sobre os eleitores. Os participantes do experimento receberam informações sobre candidatos a vereador pela cidade de São Paulo, dos quais deveriam escolher um. Para aqueles atribuídos aos grupos de tratamento, um dos candidatos se apresentava como pastor ou pertencente a alguma igreja evangélica pentecostal. Além disso, manipulamos também a oferta de candidatos, de modo a testar se haveria alguma relação entre a escolha do candidato e o número de candidatos ofertados.

2. Revisão da literatura

As eleições legislativas brasileiras costumam ser caracterizadas pela literatura como de alta complexidade para os eleitores (Cunow 2014). A disputa eleitoral para o pleito legislativo é regida pelo sistema de representação proporcional de lista aberta. Os distritos têm alta magnitude: no caso da disputa para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias estaduais, os distritos são os próprios estados; no caso da Câmara Municipal, é o próprio município. O número de cadeiras das Câmaras Municipais está condicionado ao tamanho da população municipal, podendo variar de nove, para municípios com até 15 mil habitantes, a 55 cadeiras para municípios com mais de oito milhões. No caso da cidade de São Paulo, cuja Câmara possui 55 cadeiras, a eleição de 2016 envolveu a disputa entre dezenas de candidatos incumbentes e mais de mil desafiantes.

Além da alta magnitude dos distritos e do alto número de candidatos, outro aspecto que pode aumentar o custo cognitivo das eleições legislativas brasileiras é a alta fragmentação do sistema político, uma das maiores do mundo (Clark, Gilligan e Goulder 2006), e, de modo relacionado, a baixa diferenciação das “marcas” partidárias (Power e Zucco 2009). A identidade entre partidos e eleitores é consideravelmente baixa (Mainwaring, 2001; Kinzo, 2005; Paiva e Tarouco, 2011). A representação proporcional de lista aberta incentivaria os candidatos a centrarem suas campanhas em si mesmos e não em sua agremiação partidária. Por fim, o Brasil é uma nova democracia com um sistema partidário recente – nenhum dos partidos brasileiros existia antes da década de 1980. Nesse cenário, é plausível supor que eleitores procurem “atalhos” informacionais para escolher seus candidatos. Um desses “atalhos” seria a identificação entre os candidatos e grupos sociais¹.

Um dos desdobramentos do debate sobre a identidade partidária na ciência política americana, particularmente dentro da perspectiva sócio-psicológica do voto, foi

¹ Não ignoramos que as dificuldades informacionais enfrentadas pelos eleitores na hora do voto são altas em todas as democracias. Apenas ressaltamos o diagnóstico predominante na política comparada de que tais dificuldades são particularmente altas no caso brasileiro.

a da relação entre identidade partidária e grupos sociais. Para Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960), autores do clássico *The American Voter*, eleitores frequentemente se vêem a si mesmos como pertencendo a grupos partidários, tais como democratas ou republicanos. O grupo existiria como um estereótipo na mente do eleitor, que pode se vincular ou não a ele. Tal ideia explicaria por que eleitores céticos em relação a partidos e com poucas informações sobre suas atividades podem se identificar com eles. O foco conceitual não está na identificação com o partido em si, mas sim com republicanos ou democratas enquanto grupos sociais.

A escolha do eleitor por um candidato do partido X pode se dar por causa da identificação com o grupo partidário (“militantes do partido X votam em candidatos de X”), mas também pode se dar por outros traços do candidato – raça, gênero, região, religião, classe social, etc. A explicação psicológica subjacente poderia ser desde a pura identificação com o grupo social do candidato (ex.: *ceteris paribus*, uma mulher prefere votar em outra mulher), até o estereótipo que o eleitor identifica com determinado grupo social (ex.: políticos negros têm mais propensão a defender minorias; eu defendo minorias; logo, votarei no candidato negro).

O desenvolvimento de estudos sobre a relação entre eleitores e grupos sociais se beneficiou de pesquisas oriundas da psicologia social e cognitiva. Uma abordagem teórica proveniente da área e que influenciou os estudos sobre escolha eleitoral e identidade partidária foi a teoria da identidade social (Tajfel 1982, 1981; Tajfel e Turner 1979)². Segundo ela, a identidade social seria definida como

“that part of the individuals’ self-concept which derives from their knowledge of their membership of a social group (or groups) together with the value and emotional significance of that membership” (Tajfel 1981, p. 255).

Nessa visão, a existência de grupos sociais supõem a consciência de pertencimento ao grupo, a associação do grupo a certos valores e, também, algum tipo de consenso “externo” sobre a existência do grupo (Tajfel 1982). Para Tajfel e Turner (1979), uma consequência da identidade social seria que a mera percepção de pertencimento a um grupo ativaria algum tipo de discriminação a favor do próprio grupo e/ou contra os outros grupos. A categorização em grupos sociais seria uma ferramenta cognitiva que segmenta e ordena o ambiente social, permitindo ao indivíduo agir e tomar uma série de decisões.

² Para uma revisão da literatura sobre identidade social e política, ver Huddy (2013).

Em paralelo ao desenvolvimento da teoria da identidade social, a psicologia política e a ciência política buscaram entender os mecanismos pelos quais os cidadãos, a despeito de seu conhecimento limitado sobre questões políticas (cf. Converse 1964), poderiam agir politicamente. Um desses mecanismos seria o recurso heurístico. A consistência ou racionalidade por trás das decisões políticas dos eleitores, mesmo em eleições complexas e exigentes, poderia ser explicada por meio do processo heurístico, que permite aos indivíduos compensar sua informação limitada por meio de atalhos cognitivos. Segundo Sniderman, Brody e Tetlock,

“Heuristics are judgmental shortcuts, efficient ways to organize and simplify political choices, efficient in the double sense of requiring relatively little information to execute, yet yielding dependable answers even to complex problems of choice”. (1991, p. 34)

Nessa visão, o processo heurístico funcionaria como uma espécie de atalho cognitivo, compensando (ao menos parcialmente) a falta de atenção e conhecimento dos indivíduos sobre a política. Desse modo, mesmo indivíduos pouco informados seriam capazes de fazer julgamentos políticos minimamente consistentes. Para Lau e Redlawsk (2001), esta visão se tornou tão forte na ciência política que já se poderia se referir a ela como a nova sabedoria convencional.

As características sociais dos candidatos podem ser usadas por meio do processo heurístico para que os eleitores infiram informações sobre suas posições políticas. Dado o caráter personalista das eleições em muitos países (Brasil e Estados Unidos, por exemplo), muito centradas nos candidatos, parece natural que as características deles atuem como “sinalizadores”, para o eleitorado, de pertencimento a certos grupos.

A literatura recente que se debruçou sobre esse fenômeno encontrou evidências de que características dos candidatos têm impacto direto na escolha do eleitor. Características como gênero (Dolan 2014; McDermott 1997), raça (Aguilar et al. 2015; Carsey 2001, 1995; Citrin et al. 1990), além, é claro, da filiação partidária (Brader e Tucker 2011; Rahn 1993; Conover e Feldman 1989), podem atuar como pistas importantes para os eleitores, ainda que, em muitos casos, dependam da interação com outras variáveis.

A filiação religiosa não é exceção. A saliência da religião no debate político americano deu ensejo a experimentos focados no impacto da filiação religiosa sobre a escolha eleitoral. Esses estudos exploraram a relação entre pistas religiosas e estereótipos (McDermott 2009), partidos (Campbell et al. 2011), políticas públicas (Adkins et al. 2013) e apoio eleitoral (McLaughlin e Wise 2014). No caso do Brasil, até onde sabemos,

Boas (2014) foi o único a realizar estudo experimental explorando a relação entre pistas religiosas e apoio eleitoral. As pesquisas mencionadas encontraram evidências consideráveis de que a filiação religiosa dos candidatos atua como atalho informacional para os eleitores. A influência da filiação religiosa pode variar, sendo nula ou negativa para certos grupos de eleitores. Porém, todos os estudos citados encontraram algum tipo de efeito significativo para o impacto da religião dos candidatos sobre o voto.

Não há consenso sobre quais grupos sociais teriam relevância política e eleitoral no Brasil. Para alguns pesquisadores, a sociedade brasileira teria clivagens de pouca saliência, sendo a clivagem social a única politicamente relevante (e.g., Reis 2010). É verdade que, do ponto de vista dos grupos religiosos, o Brasil foi, até a segunda metade do século XX, um país de grande maioria católica. Porém, nas últimas décadas, o país testemunhou um declínio acentuado do número de católicos, acompanhado por um crescimento de outros grupos, sobretudo protestantes (tradicionalistas e pentecostais). O Censo 2010 registrou um percentual de 22,2% de protestantes na população brasileira. Segundo pesquisa amostral do Instituto Datafolha de dezembro de 2016, o percentual de evangélicos brasileiros já chegaria a 29%³.

O crescimento do protestantismo no Brasil, bem como suas possíveis consequências, foi alvo de interesse acadêmico crescente a partir dos anos 1990 (e.g., Mariano e Pierucci 1992; Freston 1993; Pierucci e Prandi 1995; Fernandes 1998; Oro 2003; Borges 2009; Mariano e Oro 2011; Machado e Burity 2014). Grande parte desse interesse se voltou para os desdobramentos políticos do crescimento evangélico. Porém, com a já mencionada exceção de Boas (2014), nenhum estudo experimental buscou investigar o possível efeito que o uso de pistas religiosas por parte de candidatos evangélicos pode ter nas eleições legislativas brasileiras. Nosso trabalho busca contribuir nessa direção.

A partir da discussão acima, formulamos as seguintes hipóteses de pesquisa. Em primeiro lugar, acreditamos que eleitores evangélicos tendem a votar mais em candidatos evangélicos, e, inversamente, não-evangélicos votarão menos. Candidatos evangélicos que se valem de pistas religiosas – colocar o título de pastor em seu nome de urna, por exemplo – ganhariam votos de eleitores evangélicos, mas perderiam dos demais grupos. Em segundo lugar, queremos testar se o expressivo crescimento do número de evangélicos no Brasil não apenas aumentou a saliência dos evangélicos enquanto grupo social, mas também criou alguma saliência entre sub-grupos evangélicos. Acreditamos que eleitores reagirão de forma diferente a candidatos identificados genericamente como

³ «44% dos evangélicos são ex-católicos», *Datafolha*, 28/12/16.

evangélicos e a candidatos vinculados a igrejas específicas. A literatura oferece subsídios para diferentes interpretações acerca da questão. Por um lado, muitos evangélicos pentecostais dão relativamente pouca ênfase a sua identificação com uma igreja específica, priorizando a identidade de evangélicos (cf. Lindhardt 2016). Nesse sentido, seria plausível supor que não há saliência relevante entre sub-grupos evangélicos. Por outro lado, o crescimento da população evangélica nas últimas décadas incentivou algumas igrejas a buscarem modos de organização e gestão empresariais, além de buscarem atuar na política de forma mais explícita e centralizada (cf. Mariano 2003; Oro 2003). O exemplo mais ilustrativo é o da Igreja Universal. É plausível supor que igrejas pentecostais como a Universal se distingam das outras não apenas dentro do grupo evangélico, senão também para outros grupos.

Por fim, tal qual encontrado em estudos pregressos, acreditamos que a oferta de candidatos pode ter um efeito interativo com a pista religiosa, (e.g. Aguilar et al. 2015; Cunow 2014). *Ceteris paribus*, quanto maior for o número de candidatos, maior efeito terá a pista religiosa para o eleitor. Isso faz sentido na medida em que o aumento do número de candidatos aumenta a dificuldade informacional e o custo cognitivo da escolha eleitoral, tornando mais importante a pista religiosa. Num ambiente com vários candidatos, eleitores se apoiarão mais em “atalhos” informacionais, tais como a pertença do candidato a grupos sociais e religiosos.

3. Desenho do experimento

De modo a testar nossas hipóteses, conduzimos um experimento de *survey* durante as eleições municipais brasileiras de 2016. A aplicação dos questionários começou no início de setembro, isto é, cerca de um mês antes do primeiro turno (2 de outubro), e se estendeu até o segundo turno (30 de outubro). Os questionários foram impressos e aplicados a uma amostra de conveniência de 730 estudantes de universidades privadas da cidade de São Paulo. As universidades escolhidas foram o Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana (FEI), a Universidade Paulista (UNIP) e a Universidade Ibirapuera (UNIB). Os estudantes respondentes eram provenientes de quatro cursos: Administração de Empresas (44%); Engenharia (36.6%); Direito (16.6%); e Ciências da Computação (2.8%). Com a exceção do último, esses cursos integram, há anos, a lista dos cursos de graduação com maior número de matrículas e ingressantes do Brasil, sendo Administração e Direito os primeiros da lista⁴. A escolha por instituições de ensino privadas se justifica pelo fato de elas concentrarem a grande maioria dos estudantes

⁴ Ver Censo da Educação Superior 2014. Informações disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/dados-apontam-aumento-do-numero-de-matriculas?redirect=http://portal.inep.gov.br/> (acessado pela última vez em 5/01/17).

universitários brasileiros⁵. Ressaltamos que, em que pesem as considerações acima, a amostra utilizada neste estudo não é representativa da população brasileira, nem, a rigor, dos estudantes universitários brasileiros. No entanto, parece razoável supor que, se a relevância da identidade evangélica na escolha dos eleitores puder ser detectada a partir de uma amostra de estudantes universitários brasileiros (presumivelmente com maior renda e escolaridade do que a média dos brasileiros), então tal relevância provavelmente será tão ou mais forte no resto da população.

A tabela 1, abaixo, sintetiza as principais características da amostra. A idade média dos respondentes foi de 22,7 anos, e a mediana, de 21. A maior parte dos respondentes (56%) era do sexo masculino. A proporção de estudantes do sexo feminino matriculados em cursos de graduação no Brasil em 2014 era de aproximadamente 55,7%, o que significa que nossa amostra sub-representa as mulheres (cf. Censo da Educação Superior 2014). No que se refere à renda domiciliar, os respondentes estão relativamente distribuídos entre as cinco faixas, ainda que provavelmente haja uma sobre-representação na amostra de estudantes de maior renda *vis-à-vis* a população de estudantes.

⁵ Dos mais de três milhões de estudantes brasileiros que ingressaram em cursos de graduação em 2014, 82% o fizeram em instituições privadas (Censo da Educação Superior 2014).

Tabela 1. Descrição da amostra

Idade	
Média	22,7
Mediana	21
Sexo (em %)	
Mulher	44,0
Homem	56,0
Renda domiciliar (em %)	
Até dois mil reais	12,1
De dois a quatro mil	26,0
De quatro a seis mil	23,4
De seis a oito mil	12,1
Mais de oito mil	26,3
Identificação partidária (em %)	
Sim	12,0
Não	88,0
Raça (em %)	
Branca	66,1
Preta	7,1
Parda	21,3
Indígena	0,7
Amarela	4,7

Uma característica curiosa da amostra é o baixo grau de respondentes que manifestaram alguma identificação partidária. Sabe-se que os índices de identidade partidária são comparativamente baixos no Brasil. Segundo pesquisas do Datafolha feitas nos últimos anos e reportadas por Samuels e Zucco (2014), por volta de 40% a 45% do eleitorado brasileiro teria alguma identificação com partidos. É curioso, então, que apenas 12% de nossos respondentes tenham declarado ter algum partido político de preferência ou com o qual simpatiza. É plausível supor que a identidade partidária entre jovens seja menor, e que, portanto, não tenha havido significativa sub-representação em nossa amostra *vis-à-vis* a população brasileira de estudantes universitários⁶. Por fim, a tabela 1 também apresenta a proporção das raças. A maior parte dos respondentes (66,1%) se declarou branca. O segundo maior grupo foi o dos pardos, que chegou a 21,3%, seguido

⁶ Em experimento preliminar feito com estudantes por Samuels e Zucco (2014), os autores também reportam terem obtido em sua amostra de estudantes percentuais de identidade partidária menores do que os que conseguiram com uma amostra não limitada a estudantes.

dos negros, que chegaram a 7,1%. Um percentual de 4,7% se declarou amarelos e apenas 0,7% indígenas. Como se vê, a proporção de afro-brasileiros (pretos + pardos) não chega a 30%, o que indica uma sub-representação em relação à população brasileira, ainda que, talvez, o percentual da amostra esteja próximo ao da população de estudantes universitários.

Os questionários também pediam aos respondentes que identificassem sua religião e sua frequência ao culto religioso. Como mostra a tabela 2, abaixo, a maior parte dos respondentes (40,1%) se identificou como católico. O segundo maior grupo foi o dos “sem religião”, com 21,6%, seguido de perto pelos evangélicos, com 21,2%. Cerca de 10,7% dos respondentes se identificaram como espíritas, e 6,5% se identificaram com outras religiões. A comparação desses percentuais com o Censo 2010 revela que nossa amostra sub-representa católicos e sobre-representa espíritas e indivíduos “sem religião”. No entanto, as diferenças encontradas entre nossa amostra e a população brasileira provavelmente são semelhantes às encontradas entre esta última e a população de estudantes brasileiros.

Tabela 2. Religião da amostra (em %)

Católica	40.1
Evangélica	21.2
Espírita	10.7
Sem religião	21.6
Outra	6.5

A frequência ao culto religioso (ver tabela 3) encontrada na amostra vai ao encontro da literatura sobre pentecostalismo no Brasil (cf. Bohn 2004). É forte o contraste entre católicos e evangélicos. Enquanto, no primeiro grupo, mais de 57% dos respondentes não frequentam ou o fazem poucas vezes ao ano, no segundo grupo esse percentual é de 14,6%. Em contrapartida, enquanto 27% de católicos vão à missa uma ou mais vezes por semana, para evangélicos esse percentual chega a 74,2%.

Tabela 3. Religião e frequência ao culto (em %)

	Católica	Evangélica	Espírita	Outra
Nunca ou quase nunca	28.8	8.6	27.6	28.9
Uma ou duas vezes por ano	28.4	6.0	34.2	15.6
Uma vez por mês	15.8	11.3	21.1	22.2
Uma vez por semana	23.9	44.4	17.1	22.2
Mais de uma vez por semana	3.2	29.8	0.0	11.1
TOTAL	100	100	100	100

Os questionários foram distribuídos aos estudantes em sala de aula e devolvidos respondidos ao pesquisador que os aplicou. Cada questionário possuía 12 questões, sendo que uma delas pedia ao respondente que escolhesse um candidato a vereador entre as opções oferecidas (o questionário se encontra no Apêndice A). Os candidatos eram todos fictícios e foram construídos com base em informações de vereadores e deputados brasileiros existentes⁷. Havia dois modelos de questionários, um com dois candidatos e outro com seis. No modelo de dois candidatos, trabalhamos com quatro condições de tratamento: a primeira era o controle e não continha nenhum tipo de pista religiosa; na segunda, a descrição do segundo candidato (Felipe Souza) continha a informação de que ele seria membro da igreja Assembleia de Deus; a terceira era igual à segunda, exceto pela igreja, que passou a ser a Igreja Universal do Reino de Deus; por fim, a quarta condição não especificava a igreja de Souza, mas o apresentava como pastor. A figura 1, abaixo, apresenta os modelos com dois e seis candidatos do grupo de controle. Os tratamentos estão entre colchetes e em itálico.

⁷ As fotos são de candidatos brasileiros e colombianos.

FIGURA 1. Candidatos apresentados aos respondentes (modelos com dois e seis candidatos)

Modelo com dois candidatos



CANDIDATO 1

Sérgio Pereira

Sérgio nasceu em São Paulo, tem 43 anos e é formado em Direito. Após concluir a universidade, trabalhou em um escritório de advocacia, antes de decidir dedicar sua vida à política. Desde sua militância universitária, sempre atuou encabeçando projetos sociais que trouxessem benefícios para a sociedade. Ele é casado com Luciana e tem dois filhos: Renato, 12 anos, e Lilian, 9 anos.

Propostas:

- Aumentar os impostos sobre os mais ricos, a fim de aumentar os gastos sociais para aqueles mais necessitados.
- Criar programas de assessoria jurídica para a população mais carente.
- Permitir que as empresas privadas utilizem os recursos presentes nas Áreas de Proteção Ambiental da cidade, desde que apresentem um plano de recuperação aprovado pelo governo.



CANDIDATO 2

[Pastor] Felipe Souza

Felipe nasceu em São Paulo, tem 45 anos e é formado em Administração de Empresas. *[É membro da Assembleia de Deus/ Igreja Universal do Reino de Deus.]* Trabalhou como assessor na Câmara Municipal, ajudando a planejar o orçamento do município. Sua experiência de vida *[como pastor]* e preocupação pelas comunidades carentes paulistanas o credenciaram para, nestas eleições, concorrer ao cargo de Vereador. Felipe e sua esposa, Analice, têm dois filhos: Joana, 15 anos, e Fernanda, 11 anos.

Propostas:

- Melhorar a eficiência da gestão municipal por meio da avaliação e fiscalização dos funcionários públicos.
- Incentivar o empreendedorismo, sobretudo entre a população mais carente.
- Criar mais parques nas áreas mais afastadas do centro da capital.

Modelo com seis candidatos

CANDIDATO 1



Sérgio Pereira

Sérgio nasceu em São Paulo, tem 43 anos e é formado em Direito. Após concluir a universidade, trabalhou em um escritório de advocacia, antes de decidir dedicar sua vida à política. Desde sua militância universitária, sempre atuou encabeçando projetos sociais que trouxessem benefícios para a sociedade. Ele é casado com Luciana e tem dois filhos: Renato, 12 anos, e Lilian, 9 anos.

Propostas:

- Aumentar os impostos sobre os mais ricos, a fim de aumentar os gastos sociais para aqueles mais necessitados.
- Criar programas de assessoria jurídica para a população mais carente.

CANDIDATO 2



[Pastor] Felipe Souza

Felipe nasceu em São Paulo, tem 45 anos e é formado em Administração de Empresas. Trabalhou como assessor na Câmara Municipal, ajudando a planejar o orçamento do município. Sua experiência de vida [*como pastor*] e preocupação pelas comunidades carentes paulistanas o credenciaram para, nestas eleições, concorrer ao cargo de Vereador. Felipe e sua esposa, Analice, têm dois filhos: Joana, 15 anos, e Fernanda, 11 anos.

Propostas:

- Melhorar a eficiência da gestão municipal por meio da avaliação e fiscalização dos funcionários públicos.
- Incentivar o empreendedorismo, sobretudo entre a população mais carente.

CANDIDATO 3



Pedro Oliveira

Pedro tem 47 anos. É formado em Engenharia Civil e já atuou como consultor para órgãos municipais; devido a sua extensa experiência no setor público, optou por seguir carreira política, a fim de contribuir de forma mais efetiva para o desenvolvimento da cidade. É casado com Helena e não tem filhos.

Propostas:

- Criar um plano habitacional que tenha por finalidade inserir comunidades carentes em áreas centrais.
- Construir vias alternativas na cidade, visando contribuir para o escoamento do trânsito em ligações entre zonas.

CANDIDATO 4



Heitor Lima

Heitor nasceu em São Paulo, tem 46 anos e é formado em Odontologia. Como médico, Heitor atuou por anos como voluntário, até fundar sua própria ONG, voltada para prevenção e cuidados bucais para comunidades carentes da Zona Sul de São Paulo. Ele e sua esposa Laura tem um filho, Yuri.

Propostas:

- Aumentar o número de postos de saúde com atendimento odontológico.
- Criar um programa para escolas municipais do ciclo básico, com ajuda das secretarias de saúde e educação, para promover noções básicas de cuidados pessoais, tais como higiene corporal e bucal, e nutrição.

CANDIDATO 5



Samuel Costa

Samuel nasceu em São Paulo, tem 48 anos e é formado em Contabilidade. Samuel conta com mais de 10 anos de experiência como assessor na Assembleia Legislativa, sempre atuando na área de licitações do Estado. Tem particular interesse em questões trabalhistas. Samuel e sua esposa Catarina têm três filhos: Alice, Giovanna e Bruno.

Propostas:

- Instituir o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FEPETI - junto à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

- Reservar no mínimo 5% (cinco por cento) das vagas de emprego na área da construção civil de obras públicas no município para pessoas do sexo feminino.



CANDIDATO 6

Artur Silva

Artur Silva tem 44 anos e é formado em Economia. Trabalhou como professor universitário e consultor para assuntos educacionais. Atualmente, é vereador, membro das comissões de Administração Pública e Educação, Cultura e Esportes. Artur é casado com Lucélia e tem uma filha, Ana Maria.

Propostas:

- Instituir o Programa de Educação para a Segurança no Trânsito nos Ensinos Fundamental e Médio da Rede Pública de Educação do município.

- Obrigar os pet shops, clínicas veterinárias e hospitais veterinários a informar a delegacia especializada em maus tratos aos animais, quando constatarem indícios de maus tratos nos animais por eles atendidos.

Tabela 4. Amostra segundo condições de tratamento.

	No. de candidatos	
	2	6
Controle	152	60
Pista “Assembleia de Deus”	156	–
Pista “Igreja Universal”	147	–
Pista “Pastor”	152	62

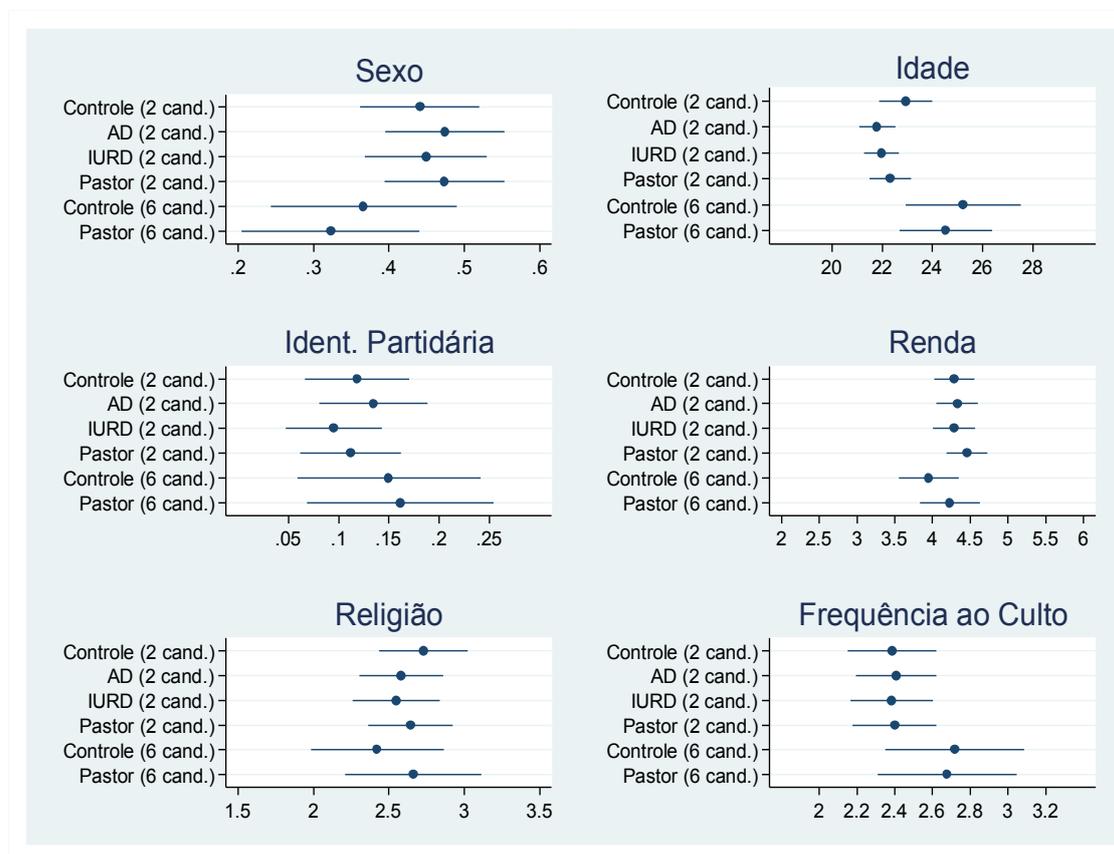
O modelo de seis candidatos continha apenas um tratamento, além do controle. O respondente deveria escolher um entre seis candidatos a vereador. Para o controle, nenhum dos candidato possuía pista religiosa. Para o tratamento, o candidato no. 2 (Felipe Souza) era apresentado como pastor. Os respondentes foram atribuídos aleatoriamente a uma das seis condições possíveis. Por fim, vale dizer que perguntamos aos respondentes se possuíam título de eleitor. Dos 730 respondentes, apenas dez afirmaram não ter.

4. Resultados

A figura 2, abaixo, apresenta a aleatorização e o balanço das variáveis entre os grupos de tratamento e controle. Apresentamos, para as seis variáveis relevantes, as médias e o intervalo de confiança de 95%. De modo geral, há poucas diferenças. O conjunto das quatro primeiras condições apresenta uma pequena diferença em relação ao das duas últimas. No entanto, o mais importante é a semelhança das quatro primeiras entre si e das duas últimas entre si. Isso porque a primeira condição é o controle para a segunda, a terceira e a quarta, e a quinta condição é o controle para a sexta. Que a diferença seja

um pouco maior entre as condições 1-4 e 5-6 não parece problemático. Podemos concluir, portanto, que a aleatorização foi bem-sucedida.

FIGURA 2. Aleatorização e balanço de variáveis entre grupos de tratamento



Os respondentes foram confrontados com a pergunta sobre o quão diferentes eram os candidatos apresentados em relação aos da última eleição. A tabela 5 mostra os resultados. Do total de 730 respondentes, mais de 54% consideraram os candidatos iguais ou apenas um pouco diferentes. Um percentual de 35% respondeu que os candidatos eram diferentes ou muito diferentes, e pouco mais de 10% não soube responder. Deve-se levar em conta que cada estudante recebeu um questionário e teve tempo para ler a descrição dos candidatos. Tal método de aplicação do questionário permite um escrutínio dos candidatos por parte do respondente maior do que quando a aplicação se dá com um pesquisador apenas mostrando o anexo para o respondente. Mesmo assim, os percentuais dos que consideraram os candidatos iguais ou um pouco diferentes nos dão segurança de

que os perfis fictícios usados na pesquisa foram verossímeis e semelhantes aos candidatos reais⁸.

Tabela 5. Semelhança dos candidatos

<i>Quão diferentes são esses candidatos em relação aos da última eleição? (Em %)</i>	
Iguais	20.3
Um pouco diferentes	33.9
Diferentes	24.8
Muito diferentes	10.2
Não sei	10.7
Total	100.0

Vamos agora aos resultados principais. Como foi dito, nosso questionário confrontava o respondente com dois ou seis candidatos a vereador, dos quais ele deveria escolher um. Um dos candidatos (o segundo em ambos os modelos), Felipe Souza, aparecia com pistas religiosas para os respondentes dos grupos de tratamento, e sem nenhuma pista para aqueles dos grupos de controle. Sua descrição, portanto, era, exceto pelas pistas religiosas, idêntica em todos os grupos. Para apresentar os resultados, a escolha do candidato pelos respondentes foi codificada como uma variável binária, assumindo valor 1 para a escolha por Felipe Souza e 0 para qualquer outro candidato. Apresentamos os resultados de duas formas. Na primeira (tabela 6), mostramos a proporção de respondentes que escolheram Felipe Souza entre as diferentes condições de tratamento e entre os diferentes grupos religiosos. As proporções são acompanhadas de erros padrão e de intervalos de confiança de 95%.

⁸ É importante ressaltar essa constatação. Antes de nos decidirmos por aplicar questionários em estudantes universitários, fizemos um teste piloto aplicando os mesmos questionários em terminais de ônibus de São Paulo. A comparação entre as duas formas (aplicação no terminal versus aplicação na universidade) deixou claro que indivíduos abordados nas ruas ou em terminais têm uma propensão muito maior a responder que os candidatos são iguais aos da última eleição, mas uma propensão muito menor a prestar atenção no questionário.

Tabela 6. Proporção de respondentes que escolheram Felipe Souza

<i>Evangélicos</i>				
Condição	Proporção	Erro Padrão	95% Intervalo de Conf.	
Controle (2 cand.)	0.778	0.082	0.617	0.939
AD (2 cand.)	0.724	0.084	0.557	0.891
IURD (2 cand.)	0.538	0.100	0.341	0.736
Pastor (2 cand.)	0.581	0.090	0.403	0.759
Controle (6 cand.)	0.333	0.126	0.084	0.582
Pastor (6 cand.)	0.474	0.118	0.241	0.706
<i>Católicos</i>				
Condição	Proporção	Erro Padrão	95% Intervalo de Conf.	
Controle (2 cand.)	0.673	0.064	0.547	0.798
AD (2 cand.)	0.594	0.062	0.472	0.716
IURD (2 cand.)	0.517	0.065	0.389	0.645
Pastor (2 cand.)	0.500	0.070	0.362	0.638
Controle (6 cand.)	0.560	0.101	0.361	0.759
Pastor (6 cand.)	0.200	0.092	0.019	0.381
<i>Sem religião</i>				
Condição	Proporção	Erro Padrão	95% Intervalo de Conf.	
Controle (2 cand.)	0.622	0.081	0.462	0.781
AD (2 cand.)	0.583	0.083	0.419	0.748
IURD (2 cand.)	0.594	0.088	0.419	0.768
Pastor (2 cand.)	0.500	0.100	0.302	0.698
Controle (6 cand.)	0.222	0.147	-0.068	0.513
Pastor (6 cand.)	0.333	0.167	0.004	0.663
<i>Espíritas</i>				
Condição	Proporção	Erro Padrão	95% Intervalo de Conf.	
Controle (2 cand.)	0.733	0.118	0.498	0.969
AD (2 cand.)	0.500	0.129	0.243	0.757
IURD (2 cand.)	0.538	0.144	0.252	0.825
Pastor (2 cand.)	0.667	0.105	0.457	0.877
Controle (6 cand.)	-	-	-	-
Pastor (6 cand.)	0.750	0.250	0.252	1.248

Para todos os grupos religiosos, a inserção de uma pista religiosa, qualquer uma, diminuiu a escolha pelo candidato Felipe Souza no modelo de dois questionários. Esse resultado estava de acordo com nossa expectativa para o caso dos católicos, espíritas e sem religião, mas não estava para os evangélicos. No caso deles, há uma leve queda (0,05) na escolha por Felipe Souza quando ele é apresentado como membro da Assembleia de Deus. Todavia, a queda é um pouco maior (0,197) quando ele é apresentado como pastor

e ainda maior (0,24) quando é apresentado como membro da Igreja Universal. Para os demais grupos (católicos, sem religião e espíritas), a inclusão da pista religiosa diminui a escolha por Felipe Souza como previsto. A maior queda se dá entre católicos na comparação entre o controle e o tratamento de pastor (a diferença na proporção é de 0,173). Ainda assim, vale frisar que, com os tratamentos, a queda na escolha por Felipe Souza é em geral maior entre evangélicos do que entre os demais grupos.

Quanto ao modelo de seis candidatos, os resultados vão ao encontro do esperado. Ao serem confrontados com um maior leque de candidatos, e, portanto, com uma maior quantidade de informações, o atalho informacional religioso – a pista de “pastor” – se revela eficaz. Em outras palavras, os resultados estão de acordo com nossa conjectura de que a saturação de informações na escolha eleitoral inclina os respondentes a se apoiarem em atalhos cognitivos. O título de pastor é um desses atalhos. Embora, com apenas dois candidatos, os tratamentos tenham feito os evangélicos escolherem menos Felipe Souza, no cenário com seis candidatos o tratamento aumentou a proporção de votos para Souza em 0,141. Para católicos, o tratamento fez com que a proporção dos que escolheram Souza caísse 0,36, a maior queda entre todos os grupos registrados. Curiosamente, no modelo com seis candidatos, o grupo de controle dos “sem religião” escolheu mais Souza do que o grupo de tratamento. Com relação aos espíritas, o número de observações foi pequeno demais no modelo com seis candidatos para permitir qualquer comparação.

Em que pese a importância dos resultados apresentados acima, eles devem ser vistos com cautela. As proporções de todos os grupos de tratamento possuem intervalos de confiança que se sobrepõem em alguma medida aos dos grupos de controle. Mesmo se adotássemos intervalos de confiança de 90%, as únicas proporções cujos intervalos não se sobreporiam seriam as dos católicos para o modelo de seis candidatos. Apenas nesse caso os intervalos de confiança dos grupos de controle e tratamento não estariam sobrepostos.

Para uma melhor análise dos dados, rodamos alguns modelos de regressões logísticas cujos resultados apresentamos abaixo. A variável dependente de todos os modelos é binária, assumindo valor 1 caso o respondente tenha escolhido Felipe Souza e 0 no caso de qualquer outro candidato. Todos os modelos possuem controles para sexo, idade, renda, raça, identidade partidária, seis candidatos e frequência ao culto. Com exceção de idade e renda, todas são *dummies*⁹. Os coeficientes dos controles foram omitidos para simplificar a leitura, mas os modelos completos podem ser encontrados no Apêndice B.

⁹ Todas as *dummies* possuem valor 1 ou 0. Sexo assume valor 1 para mulheres; raça assume valor 1 para negros ou pardos; identidade partidária assume valor 1 para qualquer identidade; seis candidatos assume valor 1 para os respondentes que receberam questionário com seis candidatos; por fim, frequência ao culto assume valor 1 se o respondente vai ao culto religioso ao menos uma vez por mês.

A tabela 7, abaixo, apresenta os resultados dos modelos. O modelo 1 inclui *dummies* para os três tratamentos: AD, IURD e pastor. Todos os tratamentos apresentaram efeito negativo para a escolha do candidato Souza. Porém, apenas os tratamentos de “membro da IURD” e “pastor” apresentaram significância estatística (ambos ao nível 0.05). Cabe notar que o maior efeito negativo foi o de ser membro da IURD, seguido do de pastor.

Tabela 7. Regressões logísticas para voto no candidato Felipe Souza

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
AD	-0.256 (0.238)				
IURD	-0.606** (0.242)				
Pastor	-0.452** (0.213)				
Congruência Evangélico		0.324 (.235)	0.180 (0.249)		
Congru Evang * Seis Candidatos			1.036 (0.667)		
Congruência Católico				-0.432** (0.177)	-0.351* (0.187)
Congru Cato * Seis Candidatos					-0.826 (0.638)
Constante	1.352*** (0.463)	0.912* (0.466)	0.991** (0.471)	1.090** (0.438)	1.106** (0.438)
N	693	636	636	693	693
Pseudo R ²	0.0592	0.0343	0.0371	0.0572	0.0591

Nota: erros padrão em parênteses. * para $p < 0.1$; ** para $p < 0.05$; *** para $p < 0.01$.

Para o modelo 2, excluímos as *dummies* de tratamento e incluímos uma *dummy* que especifica se há congruência entre o respondente ser evangélico e o candidato Souza possuir alguma pista religiosa. Quando há, ou seja, quando o respondente é evangélico e recebeu tratamento, a variável assume valor 1. O modelo 3 é igual, mas contém também uma interação entre a congruência descrita acima e o modelo de seis candidatos. Ou seja, a variável *dummy* de interesse no modelo 3 assume valor 1 se o respondente era evangélico, foi atribuído a um grupo de tratamento e ao modelo de seis candidatos. Os modelos 4 e 5 são iguais aos modelos 2 e 3, exceto pelo fato de se referirem a católicos. No modelo 4, nossa *dummy* de interesse assume valor 1 se o respondente era católico e

foi atribuído a um grupo de tratamento; no modelo 5, assume valor 1 se o respondente era católico, foi atribuído a grupo de tratamento e a questionário com seis candidatos.

Os modelos 2 e 3 revelam um efeito positivo para as pistas religiosas em respondentes evangélicos. Esse resultado chama a atenção por duas razões. Primeiro, porque, no caso do modelo 2, contraria os resultados das proporções apresentadas na tabela 6. O modelo 2 revela que, mantendo constantes os efeitos de sexo, idade, renda, raça e identidade partidária, a interação entre ser evangélico e ser atribuído a algum tratamento apresenta efeito positivo, mesmo no caso de questionários com apenas dois candidatos. Segundo, porque, no caso do modelo 3, a interação entre ser evangélico, ser atribuído ao tratamento e ao modelo de seis candidatos apresenta efeito bem mais forte do que o das demais variáveis apresentadas. No entanto, os coeficientes não são estatisticamente significativos.

Como era de se esperar, os modelos 4 e 5 revelam um efeito negativo para a interação entre ser católico e pista religiosa (modelo 4) e ser católico, pista religiosa e questionário com seis candidatos (modelo 5). O efeito mais forte é o da interação do modelo 5. No entanto, apenas a interação entre ser católico e pista religiosa apresentou significância estatística (nível 0.05). Isso significa que houve um efeito negativo e significativo na intenção de voto de católicos para o candidato Souza quando ele foi apresentado com pistas evangélicas.

5. Discussão

De modo geral, os resultados apresentados acima vão ao encontro de nossas conjecturas. Chama atenção o fato de que, em modelo com apenas dois candidatos, a pista religiosa do candidato Felipe Souza tenha diminuído sua escolha *até mesmo* entre evangélicos. No entanto, ao mantermos constantes os efeitos de sexo, idade, renda, raça e identidade partidária, o efeito de ser evangélico sobre a probabilidade de escolher o candidato Souza *quando ele é evangélico* se tornou positivo.

Considerando os respondentes como um todo, vimos que a pertença a qualquer uma das duas igrejas (AD ou IURD) e o título de pastor tiveram um efeito negativo sobre a escolha do candidato Souza. No entanto, ao nos focarmos especificamente nos evangélicos, vimos que a probabilidade de escolherem o candidato Souza aumenta quando ele é apresentado com pistas religiosas. Quando a oferta de candidatos aumenta, o efeito se torna ainda maior. A situação é similar, porém inversa no caso dos católicos. Sua probabilidade de escolha por Souza diminui quando ele é apresentado com pistas religiosas (i.e., evangélicas), e diminui ainda mais quando aumentamos a oferta de candidatos. Apesar das diferenças nos desenhos dos experimentos, tais resultados se aproximam daqueles encontrados por Boas (2014) no sentido de ressaltar uma associação positiva entre pista evangélica e identidade evangélica do eleitor, e uma associação negativa entre pista evangélica e identidade católica. Os resultados se aproximam também

daqueles encontrados por Aguilar, Cunow, Desposato e Barone (2015) no que diz respeito à oferta de candidatos. Quanto maior o número de candidatos, mais os eleitores tendem a se apoiar em atalhos informacionais para tomar suas decisões. A ressalva que devemos fazer para nossos resultados é que, para muitos dos modelos de regressão logística (2, 3 e 5), não conseguimos coeficientes estatisticamente significativos, o que provavelmente se deve ao tamanho de nossa amostra.

Esses resultados indicam que o uso de pistas religiosas por parte de candidatos evangélicos envolve um *trade-off*: sinalizar a identidade evangélica garante mais votos entre os eleitores evangélicos, mas diminui seu apoio entre os demais eleitores. Dado o alto nível de competição das eleições brasileiras – marcadas por um alto número de candidatos, mas, também, por distritos de alta magnitude –, o *trade-off* parece valer a pena, ao menos para candidatos menos competitivos (cf. Lacerda 2018). Garantir um percentual pequeno, porém seguro de votos pode ser uma boa estratégia.

Por fim, quanto à conjectura de que sub-grupos evangélicos teriam adquirido alguma saliência, os resultados apontam para uma diferença notável entre o efeito produzido pela pertença do candidato à AD, à IURD ou o simples uso do título de pastor. Para católicos e evangélicos, a pertença à Igreja Universal diminuiu a escolha pelo candidato Souza em proporção muito maior do que os outros tratamentos. Já a pertença à AD e o título de pastor possuem menores diferenças entre si.

REFERÊNCIAS

- ADKINS, Todd; LAYMAN, Geoffrey; CAMPBELL, David; GREEN, John (2013). “Religious Group Cues and Citizen Policy Attitudes in the United States”. *Politics and Religion*, vol. 6, no. 2, pp. 235-263.
- AGUILAR, Rosario; CUNOW, Saul; DESPOSATO, Scott; BARONE, Leonardo (2015). “Ballot Structure, Candidate Race, and Vote Choice in Brazil”. *Latin American Research Review*, 50(3), 175-202.
- BOAS, Taylor (2014). “Pastor Paulo vs. Doctor Carlos: Professional Titles as Voting Heuristics in Brazil”. *Journal of Politics in Latin America*, 6 (2), 39-72.
- BOHN, Simone R. (2004). “Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral”. *Opinião Pública*, 10 (2), 288-338.
- BORGES, Tiago (2009). “Identidade Política Evangélica e os Deputados Estaduais Brasileiros”. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 35.
- CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Phillip; MILLER, Warren; STOKES, Donald (1960). *The American Voter*. University of Chicago Press.

- CAMPBELL, David; GREEN, John; LAYMAN, Geoffrey (2011). "The Party Faithfull: Partisan Images, Candidate Religion, and the Electoral Impact of Party Identification". *American Journal of Political Science*, vol. 55, no. 1, pp. 42-58.
- CLARK, William; GILLIGAN, Michael; GOLDBER, Matt (2006). "A Simple Multivariate Test for Asymmetric Hypotheses". *Political Analysis*, vol. 14, no. 3, pp. 311-31.
- CITRIN, Jack; GREEN, Donald; SEARS, David (1990). "White Reactions to Black Candidates: When Does Race Matter?". *Public Opinion Quarterly*, 54(1), 74-96.
- CONOVER, Pamela; FELDMAN, Stanley (1989). "Candidate Perception in an Ambiguous World: Campaign, Cues, and Inference Process". *American Journal of Political Science*, vol. 33, no. 4, 912-940.
- CONVERSE, Philip (1964). "The Nature of Belief Systems in Mass Publics". *Critical Review*, vol. 18, nos. 1-3, pp. 1-74.
- CUNOW, Saul (2014). *Vote Choice in Complex Electoral Environments*. Tese de Doutorado. Universidade da Califórnia, San Diego.
- DOLAN, Kathleen (2014). "Gender Stereotypes, Candidate Evaluations, and Voting for Women Candidates: What Really Matters?". *Political Research Quarterly*, 67 (1), 96-107.
- FERNANDES, Rubem C. (1998). *Novo Nascimento: Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política*. Rio de Janeiro, Mauad.
- FRESTON, Paul (1993). *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Campinas. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- HUDDY, Leonie (2013). "From Group Identity to Political Cohesion and Commitment". In: _____; SEARS, David; LEVY, Jack (eds.). *The Oxford Handbook of Political Psychology*. New York: Oxford University Press.
- LACERDA, Fábio (2018). "Assessing the Strength of Pentecostal Churches' Electoral Support: Evidence from Brazil". *Journal of Politics in Latin America* (no prelo).
- LAU, Richard; REDLAWSK, David (2001). "Advantages and Disadvantages of Cognitive Heuristics in Political Decision Making". *American Journal of Political Science*, vol. 45, no. 4, pp. 951-971.
- LINDHARDT, Martin (2016). "Time to Move On: Pentecostal Shifting and Religious Competition in Contemporary Chile". In: _____ (ed.). *New Ways of Being Pentecostal in Latin America*. Lexington Books.
- MACHADO, Maria D. C.; BURITY, Joanildo (2014). "A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos". *Dados*, vol. 57, no. 3, pp. 601-631.
- MARIANO, Ricardo (2003). "Efeitos da Secularização do Estado, do Pluralismo e do Mercado Religiosos Sobre as Igrejas Pentecostais". *Civitas*, vol. 3, 111-125.
- MARIANO, Ricardo; ORO, Ari P. (2011). "The Reciprocal Instrumentalization of Religion and Politics in Brazil". *Annual Review of the Sociology of Religion*, vol. 2, pp. 245-266.
- MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio (1992). "O Envolvimento dos Pentecostais na Eleição de Collor". *Novos Estudos Cebrap*, 34, 92-106.

- MCDERMOTT, Monika L. (1997). "Voting Cues in Low-information Elections: Candidate Gender as a Social Information Variable in Contemporary United States Elections". *American Journal of Political Science*, 270-283.
- MCDERMOTT, Monika L. (2009). "Religious Stereotyping and Voter Support for Evangelical Candidates". *Political Research Quarterly*, vol. 62, no. 2, pp. 340-354.
- MCLAUGHLIN, Bryan; WISE, David (2014). "Cueing God: Religious Cues and Voter Support". *Politics and Religion*, vol. 7, no. 2, pp. 1-29.
- ORO, Ari P. (2003). "A Política da Igreja Universal e seus Reflexos nos Campos Religioso e Político Brasileiros". *RBCS*, vol. 18, no. 53, pp 53-69.
- PAIVA, Denise; TAROUÇO, Gabriela (2011). "Voto e Identificação Partidária: os Partidos Brasileiros e a Preferência dos Eleitores". *Opinião Pública*, vol. 17, no. 2, pp. 426-451.
- PIERUCCI, Antônio; PRANDI, Reginaldo (1995). "Religiões e Voto: a Eleição Presidencial de 1994". *Opinião Pública*, v. 3, n. 1, p. 32-63.
- POWER, Timothy; ZUCCO, Cesar (2009). "Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005: a Research Communication". *Latin American Research Review*, 44 (1), pp. 218-246.
- RAHN, Wendy M. (1993). "The Role of Partisan Stereotypes in Information Processing about Political Candidates". *American Journal of Political Science*, pp. 472-496.
- SAMUELS, David; ZUCCO, Cesar (2014). "The Power of Partisanship in Brazil: Evidence from Survey Experiments". *American Journal of Political Science*, 58(1), 212-225.
- SNIDERMAN, Paul; BRODY, Richard; TETLOCK, Philip (1991). *Reasoning and Choice: Explorations in Political Psychology*. Cambridge University Press.
- TAJFEL, Henri (1981). *Human Groups and Social Categories: Studies in Social Psychology*. Cambridge University Press.
- TAJFEL, Henri (1982). "Social Psychology of Intergroup Relations". *Ann. Rev. Psychol.*, 33, 1-39.
- TAJFEL, Henri; TURNER, John (1979). "An Integrative Theory of Intergroup Conflict". *The Social Psychology of Intergroup Relations*, 33(47), 74.

APÊNDICE A (QUESTIONÁRIO)

Questionário nº: _____

Olá! Estamos fazendo uma pesquisa para a USP/FGV sobre as preferências políticas dos eleitores brasileiros. Você poderia nos ajudar respondendo a algumas perguntas? Levará de 5 a 6 minutos.

Você tem título de eleitor?

- SIM
 NÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO – POR FAVOR, LEIA

Antes de começar, gostaria de informar duas coisas: primeiro, que as suas respostas não serão identificadas, elas vão ser somadas com as das outras pessoas que estamos entrevistando; segundo, que nenhuma pergunta tem resposta certa ou errada, o que vale é a *sua* opinião, o que você pensa sobre o assunto. O mais importante, então, é que você seja sincero/a. Você aceita participar desta pesquisa?

1. Sexo:

- Masculino; Feminino.

2. Idade: _____.

3. Você tem em geral algum partido político de preferência ou com o qual simpatiza?

- Sim: _____; Não.

4. Qual a renda familiar mensal do seu domicílio, incluindo a renda de todos os adultos e filhos que trabalham?

- Até R\$ 1.000,00 (até 1 salário mínimo);
 De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 (de 1 a 2 salários mínimos);
 De R\$ 2.001,00 a R\$ 4.000,00 (de 2 a 4 salários mínimos);
 De R\$ 4.001,00 a R\$ 6.000,00 (de 4 a 6 salários mínimos);
 De R\$ 6.001,00 a R\$ 8.000,00 (de 6 a 8 salários mínimos);
 De R\$ 8.001,00 a R\$ 10.000,00 (de 8 a 10 salários mínimos);
 Mais de R\$ 10.000,00 (mais de 10 salários mínimos);

5. Agora, vou lhe apresentar o perfil de seis candidatos a vereador. Em qual desses candidatos você votaria? [*VEJA O ANEXO NA FOLHA SEGUINTE.*]

- Candidato 1 (Sérgio Pereira); Candidato 4 (Heitor Lima);
 Candidato 2 (Felipe Souza); Candidato 5 (Samuel Costa);
 Candidato 3 (Pedro Oliveira); Candidato 6 (Artur Silva);

6. Quão diferentes são esses candidatos em relação aos perfis que você viu na última eleição?

- Iguais;
 Um pouco diferentes;
 Diferentes;

- Muito diferentes.
- Não sei.

7. Você sabe quem é o atual Prefeito da cidade de São Paulo?

- Sim: _____; Não.

8. Qual é sua religião?

- Católica;
- Evangélica (IGREJA: _____);
- Espírita;
- Umbanda;
- Sem religião/Ateu/Agnóstico;
- Outra: _____.

9. Com que frequência você vai ao culto religioso?

- Nunca ou quase nunca;
- Uma ou duas vezes ao ano;
- Uma vez por mês;
- Uma vez por semana;
- Mais de uma vez por semana;

10. A igreja/culto que você frequenta...

- É perto da minha casa e vou a pé;
- É longe da minha casa, mas ainda assim vou a pé;
- É longe da minha casa e tenho que pegar pelo menos 1 condução, seja carro, ônibus, trem ou metrô.
- Não frequento.

11. Você se considera uma pessoa branca, preta, parda, indígena ou amarela?

- Branca;
- Preta (Afro-brasileira);
- Parda;
- Indígena;
- Amarela.

APÊNDICE B

Regressões logísticas para voto no candidato Felipe Souza (modelos completos)

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
AD	-0.256 (0.238)				
IURD	-0.606** (0.242)				
Pastor	-0.452** (0.213)				
Congruência Evangélico		0.324 (.235)	0.180 (0.249)		
Congru Evang * Seis Candidatos			1.036 (0.667)		
Congruência Católico				-0.432** (0.177)	-0.351* (0.187)
Congru Cato * Seis Candidatos					-0.826 (0.638)
Seis Candidatos	-0.946*** (0.242)	-0.943*** (0.304)	-1.255*** (0.375)	-0.897*** (0.227)	-0.754*** (0.250)
Mulher	-0.303* (0.165)	-0.234* (0.169)	-0.231 (0.170)	-0.275* (0.164)	-0.271 (0.165)
Idade	-0.048*** (0.016)	-0.034* (0.018)	-0.037** (0.018)	-0.047*** (0.016)	-0.049*** (0.016)
Renda	0.114** (0.051)	0.082 (0.052)	0.083 (0.052)	0.120** (0.051)	0.118** (0.051)
Afro	-0.019 (0.188)	0.095 (0.193)	0.085 (0.193)	0.028 (0.187)	0.011 (0.187)
Partido	-0.684*** (0.248)	-0.687*** (0.258)	-0.692*** (0.260)	-0.665*** (0.246)	-0.678*** (0.247)
Praticante	0.419** (0.169)			0.423** (0.169)	0.420** (0.169)
Constante	1.352*** (0.463)	0.912* (0.466)	0.991** (0.471)	1.090** (0.438)	1.106** (0.438)
N	693	636	636	693	693
Pseudo R ²	0.0592	0.0343	0.0371	0.0572	0.0591

Nota: erros padrão em parênteses. * para p<0.1; ** para p<0.05; *** para p<0.01.